

A ALFABETIZAÇÃO COMO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO¹

THE ALPHABETIZATION HOW PROCESS OF CONSTRUCTION

Rosângela Aparecida Ceregati Costa²
Carmen Rosane Segatto e Souza³

RESUMO

Neste trabalho, o objetivo é investigar como os professores concebem a alfabetização e como trabalham com os problemas de aprendizagem da lecto-escrita em sala de aula. É preciso incentivar às crianças a buscarem a construção do próprio conhecimento. O educador precisa valorizar toda a bagagem que a criança já traz consigo, cada uma já com seu conhecimento próprio de mundo. O educador é o mediador dessas crianças na construção do conhecimento de maneiras variadas. A criança é fácil de ser alfabetizada, é só o educador deixar que ela faça, ou seja, ofereça condições para que ela mesma realize a aprendizagem. O trabalho caracterizou-se por uma pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo, na qual, o instrumento de coleta de dados foi uma pesquisa semi-estruturada. Assim, a amostragem foi composta por oito educadoras de três escolas de Santa Maria, duas particulares e uma municipal. Após a análise dos questionários, conclui-se que as educadoras estão preocupadas com sua qualificação constante e com a vida cotidiana de seus educandos, valorizando-os. Cabe aos educadores de nossas escolas conscientizarem-se mais e fazerem valer a vontade de trabalhar com essas crianças, pois só gostando do que fazem é que contribuirão para a construção de um país menos analfabeto.

Palavras-chave: alfabetização, aprendizagem, construção do conhecimento.

¹ Trabalho Final de Graduação - TFG.

² Acadêmica do Curso de Turismo - UNIFRA.

³ Orientadora - UNIFRA.

ABSTRACT

This article has the purpose to investigate how the teachers conceive the alphabetization and how they work with the problems of learning from the “lecto-escrita” in the classroom.

It's necessary to mediate the process challenge kids to build their own knowledge. The teacher needs to value all the knowledge that children bring, each one with their own world knowledge. The teacher is as mediator, providing other meaningful didactic-pedagogic situations. The child learns easily, is just let her doing the things offering conditions for her know by herself. The work had as a characteristic a bibliographic of cunho qualitative where the instrument of collects of facts was a research they are-structured. Like this to amostragem as composed the eight teachers from three schools from Santa Maria, two of them, private and one from town showed everything they had done. After analyze the questionnaires, they conclude that the teachers are worried about their constant qualification and about their student's life, valuing them. It's up to the our school teachers to be conscious and to increase the wish of work with these children, because only loving their the job and having the competence, they will contribute for the end of illiteracy.

Keywords: Children, learning, qualitative.

INTRODUÇÃO

As crianças são facilmente alfabetizáveis; foram os adultos que dificultaram o processo de alfabetização delas (FERREIRO, 2001, p. 17).

Com este trabalho, pretende-se focar o processo de alfabetização em crianças matriculadas na 1ª série do ensino fundamental que, mesmo egressas da educação infantil, encontram muitas barreiras na *lecto-escrita*. Tem-se como objetivo investigar de que forma os professores concebem a alfabetização e como trabalham com os problemas de aprendizagem de leitura e escrita em sala de aula.

O ser humano, sendo um agente de transformação, precisa estar interagindo com o meio social numa troca de pensamentos e ações. Segundo Vygotsky, citado por Rego (1995), chama a atenção o íntimo relacionamento entre pensamento e fala. É a palavra, segundo ele, que molda o pensamento, ou seja, o sistema lingüístico que está na base dos processos mentais da criança orienta o processo de conhecimento. Afirma que a relação entre o pensamento e a fala passa por várias mudanças ao longo da vida do indi-

víduo, e na medida em que a criança interage e dialoga, aprende a usar a linguagem como instrumento do pensamento e como meio de transformação. É preciso então oferecer oportunidades para essas crianças terem o prazer de ler. Elas precisam ser incentivadas a ler mais, pois elas não precisam da leitura somente na escola, mas, muito mais, fora dela.

Tem-se discutido tanto em trabalhar com as crianças a partir do currículo oculto do seu contexto; assim questiona-se: por que não fazer leituras que agradem às crianças e não apenas leituras induzidas pelo educador? Silva (1992, p. 96).

O currículo oculto é importante para adaptar o estudante a certos aspectos da vida social. A escola prepara o educando para viver numa sociedade desejável, de forma positiva. No currículo oculto, está a ocultação mais visível do sistema. Para os educadores, tudo o que é digno e válido deve ser aprendido, declarado e não ocultado. É preciso fazer com que esse currículo oculto se volte a favor dos educadores e educandos, construindo um outro currículo para a formação de uma sociedade democrática e justa.

A leitura perde seu espaço a cada dia para outras atividades preferidas pelas crianças, pois elas estão cercadas por videogames, computadores, jogos eletrônicos e os mais variados programas de TV. Essas modalidades de entretenimento passam a ser mais motivadoras do que a *lecto-escrita*.

Para Freire (1983), a leitura crítica implica a percepção das relações entre o texto e o contexto. Portanto, a criança precisa exercitar a leitura crítica dos textos escolares e buscar as possíveis correlações com o seu entorno social.

Esta investigação foi desenvolvida por meio de uma pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo. O local pesquisado foi a Escola de Aplicação São Francisco de Paulo, no Colégio Franciscano Sant'Anna e também na Escola Municipal de Ensino Fundamental Martinho Lutero, ambos no Município de Santa Maria, RS. A amostra foi constituída por oito educadoras da primeira série do ensino fundamental dos referidos Colégios.

ALFABETIZAÇÃO: UMA ABORDAGEM HISTÓRICA

Considerando o ano de 1789 como o marco fundamental da associação entre a alfabetização e a escola, comemoramos, em 1929, 200 anos de êxitos e fracassos que marcaram a trajetória da escola em seus propósitos de garantir acesso à cultura escrita.

Essa associação concretizou-se somente quando foram promulgadas as leis fundamentais dos anos 1880 que estabeleceram as bases da escola pública obrigatória e gratuita.

Em 1789, concretiza-se o modelo escolar de alfabetização tal qual o concebemos até hoje com a escola de Jules Ferry. A universalização é

uma meta perseguida há muitos séculos (através da Reforma Luterana e, posteriormente, da Contra-Reforma Católica), sendo concretizada com a implantação da escola republicana com o lema “escolarizar para alfabetizar”.

Houve um longo período antes da Revolução Francesa, em que a leitura e a escrita eram concebidas de modos distintos, separadas e sucessivas, os métodos eram aplicados à educação privada, individual, nas quais, somente as crianças cujos pais pudessem pagar um mestre eram favorecidas. Essas crianças eram iniciadas na leitura, durante os muitos anos da aprendizagem da arte de ler, e, somente depois, na arte de traçar as letras. Tanto que até os mestres eram especializados, alguns ensinavam a ler, outros a escrever e outros, só a contar, gerando um custo alto para se ter acesso à cultura.

Após a Revolução Francesa, a escola torna-se universal e gratuita, sendo controlada pelo poder público por uma legislação centralizadora, visando à massificação para uniformizar. Um problema, porém os incomodava, encontrar um único mestre que pudesse ensinar a muitas crianças de maneira rápida, eficaz, segura e econômica. A Alemanha valorizava a formação de professores e possuía muitas escolas primárias; a Holanda, destacava-se com técnicas renovadoras, entre elas o uso do quadro de giz.

A matriz do ensino adotada pelo Estado Republicano era que, com a ajuda de monitores, o professor instruía as crianças, pois se tratava de uma estratégia ideal para educar as massas, isso resultado de uma disputa pedagógica entre partidários de André Bell e Joseph Lancaster. Bell propunha o ensino monitorial, levando as crianças mais adiantadas a auxiliar o professor, mas não teve repercussão e logo caiu no esquecimento.

Mais tarde, Lancaster retomou as idéias de Bell expondo uma experiência, na qual obteve sucesso, com os procedimentos propostos por Bell, reclamando a prioridade da descoberta.

No século XVII, na Alemanha, alguns teóricos inovadores propõem a união da leitura e da escrita e, na França do século XVIII, estudiosos como P. Delaunay, Dupont, Cherrier e J. B. de La Salle defendem ensinar a criança a traçar a letra pronunciando seu nome.

Dupon, citado por Barbosa (1994), pondera que a história da escrita precede a leitura e que, se a escrita fosse bem ensinada, não teria sentido fazer o estudo separado da leitura, pois todo aquele que sabe escrever, sabe ler.

Em 1815, a Sociedade para Instrução Elementar da França introduz alguns procedimentos renovadores, entre eles, o ensino da leitura e escrita. Em 1818, é publicado o Guia do Ensino Mutual que orientava o educador no ensino simultâneo da leitura e escrita, sendo um o complemento do outro.

Entre 1810 a 1833, centenas de Escolas Normais espalham-se pela França, formando o novo professor de alfabetização. Alguns educadores estavam convictos de que ler e escrever são aprendizagens distintas e que

seria melhor aprender a escrever quando já tivessem iniciado a aprendizagem da leitura.

Com a indústria nascente, o direito de voto a todos os cidadãos, a urbanização, veio a necessidade de garantir o mínimo de instrução a todos, era preciso que o cidadão soubesse ler e escrever, pois a situação pedia pessoas instruídas. Com isso, a educação passa a ser vista pelos pais, como a esperança de ascensão social, pois os pais poupariam seus filhos de um trabalho rude e malremunerado. Nasce, assim, o mito da alfabetização.

Se antes a alfabetização foi um imperativo da fé, garantia de acesso à Santa Doutrina, com a República é exigência de modernização social: de uma mística, passamos para uma concepção social de alfabetização.

Segundo Buisson, citado por Barbosa (1994), a Pedagogia alcança o maior aperfeiçoamento técnico para o ensino das primeiras letras, concomitantemente, ao ensino da leitura e escrita, com base no método analítico-sintético.

A partir de 1946, a Unesco incorporou a luta contra o analfabetismo e também a erradicação do analfabetismo no Brasil.

Em 1947, o Ministério da Educação promoveu a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos.

Na década de 60, com o Estado associado à Igreja, foi dado um novo impulso às campanhas de alfabetização de adultos.

A década de 70 é marcada pelo início das ações do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), que foi extinto em 25/11/1985, dando origem à Fundação Educar. Quando o indivíduo sabe ler e escrever, constrói seu próprio conhecimento. Então, para que as metodologias tradicionais alfabetizem, são colocadas duas convicções:

- Para uma minoria da população que teve acesso não só à alfabetização, mas ao prolongamento da escolaridade;
- Para a maioria da população que ficou somente na alfabetização, atingindo somente o estágio da leitura.

As metodologias de alfabetização foram evoluindo na medida em que uma nova necessidade social exigia, em função do processo de conhecimento.

Barbosa (1994, p.45) dividiu a história do ensino da leitura e da escrita em três períodos:

- da Antigüidade até meados do século XVIII - uso somente do método sintético;
- a partir do século XVIII, oposição ao método sintético, é o chamado método global, que teve início com Decroly;

- o atual com o método sintético e analítico.

A Pedagogia da alfabetização tem disponíveis até hoje esses dois caminhos: o método sintético e o analítico, com um acordo em comum, a criança precisa estabelecer uma correspondência entre som e grafia para aprender a ler.

E é na escola que a leitura e a escrita se realizam.

Para que as crianças tenham sucesso na aprendizagem da leitura e da escrita, as escolas utilizavam um recurso do século XIX, a cartilha, tornando os professores dependentes desse material para a alfabetização.

Elas podem ser divididas em:

- cartilhas sintéticas: de soletração ou silabação;
- cartilhas analíticas: palavras ou sentençação;
- cartilhas mistas ou analítico-sintético: combinam as duas orientações.

As cartilhas tiveram origens em Portugal e foram impressas centenas de edições até hoje.

Houve uma revolução na Pedagogia da alfabetização, na década de 50 e Emília Ferreiro e Ana Teberosky falam sobre a psicogênese da língua escrita, levando as escolas a uma nova didática para a prática da alfabetização.

Foucambert (1994, p.69) diz que “a política da leitura ultrapassa a Pedagogia, mas é sempre a Pedagogia o instrumento dessa política”.

A FALA ESCRITA

Tradicionalmente, a alfabetização vinha sendo entendida como a aquisição da língua escrita, com isso, esperava-se que o educando identificasse um dos mecanismos da palavra escrita para que pudesse ler e escrever.

Para Bloomdifeild e Fries, citado por Barbosa (1994, p.79), “a leitura era um hábito de reconhecimento dos traços identificadores de padrões gráficos”.

Barbosa (1994, p.80) salienta que “ler é descobrir, na seqüência da grafia dos signos escritos, uma seqüência de sons, num processo de decodificação.”

A pedagogia da alfabetização e a lingüística definem que ler é o reconhecimento de formas que o indivíduo já conhece e escrever é a reprodução também de formas já conhecidas. E com uma outra contribuição ao ato de ler, fornecida pelos estudos da Fisiologia da Visão, entre outros,

os experimentos constataram uma eficiência maior na leitura silenciosa do que na oral, pois permite atingir, com maior precisão e rapidez, os objetivos do leitor.

Na Antigüidade, o conhecimento era transmitido pela arte da oratória e pela importância do ensino por meio do diálogo entre educandos e educadores, a escrita desempenhava um papel secundário, não era valorizada.

Na Idade Média, o monopólio da instrução era de totalidade da igreja, para que se pudesse ler, era necessário que se seguisse a vocação religiosa. A leitura era ensinada em latim, as crianças ouviam e memorizavam.

Tanto na Antigüidade como na Idade Média, a leitura e a escrita eram realizadas em voz alta, devido às regras de São Bento, sendo inconcebível ler sem apelar para o som da escrita.

Hoje a escrita está presente na maior parte das atividades vivenciadas no dia a dia. Assim, a escrita social propicia leituras diversificadas. O que caracteriza o leitor moderno é a flexibilidade no ato de ler, pois uma receita culinária, por exemplo, é lida de forma diferente de um livro, já que esse exige mais atenção.

E um dos motivos que pode levar as crianças a não quererem aprender a ler é o medo de enfrentarem situações novas, e não serem capazes de resolvê-las. Isso pode desenvolver um bloqueio que dificulta as suas aprendizagens.

Melhorar a pedagogia da leitura é, a longo prazo, uma questão política vinculada a um desejo de mudança.

Segundo Freire (1983,p.23):

Ninguém educa ninguém, como tampouco ninguém educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo. (...) A leitura do mundo precede a leitura da palavra e a leitura implica a continuidade da leitura daquele.

Quando a criança chega à escola, já sabe ler o seu meio, pois é dentro do seu contexto que vai sendo preparada para a vida, e Paulo Freire nos deixa claro de que não é só a escola que ensina a *lecto-escrita*, a criança já traz essa bagagem para a sala de aula, mas não da forma como se ensina na escola. O sucesso da criança, na aprendizagem da leitura e da escrita, depende do seu amadurecimento fisiológico, emocional, neurológico, intelectual e social. A criança aprende, naturalmente, a falar a linguagem do grupo em que vive. À escola cabe desenvolver a linguagem oral que o aluno traz, pela atividade pedagógica, que deve garantir a aprendizagem da leitura e da escrita.

O ser humano apresenta três sistemas verbais: auditivo (palavra falada), visual (palavra lida) e escrito. O primeiro adquirido é o auditivo, porque é

o mais fácil de aprender e porque exige menos maturidade psiconeurológica.

A criança passa da aquisição do significado (por meio da observação e experimentação dos objetos que a rodeiam) para a compreensão da palavra falada. Mesmo na ausência do objeto, será capaz de evocar a sua imagem na memória, o que caracteriza uma recepção visual e falada do objeto.

Ao alfabetizador cabe a responsabilidade de preparar a criança através de situações concretas, envolvendo objetos e o próprio corpo do aluno, com atividades motoras, antes de expô-la a atividades gráficas.

Segundo Poppovic e Moraes, citado por Coelho & Assunção (1999, p.77), “prontidão para alfabetização significa ter um nível suficiente, sob determinados aspectos, para iniciar o processo da função simbólica, que é a leitura, e sua transposição gráfica, que é a escrita”.

Tanto quanto a fala, a leitura não é um comportamento natural, mas um processo adquirido a longo prazo e em certas circunstâncias de vida que determinam o sucesso ou o fracasso na aprendizagem.

Segundo Coelho & Assunção(1999, p.83), os distúrbios de aprendizagem, na área da leitura e da escrita, podem ser atribuídas às mais variadas causas:

- Orgânicas: cardiopatias, deficiências sensoriais (visuais e auditivas), deficiências motoras (paralisia infantil, paralisia cerebral, etc.), etc..
- Psicológicas: desajustes emocionais provocados pela dificuldade que a criança tem de aprender, o que gera ansiedade, insegurança e autoconceito negativo.
- Pedagógicas: métodos inadequados de ensino, falta de estimulação pela pré-escola dos pré-requisitos necessários à leitura e à escrita, falta de percepção, por parte da escola, do nível de maturidade da criança, iniciando uma alfabetização precoce, etc.
- Socioculturais: falta de estimulação (criança que não fez a pré-escola e também não é estimulada no lar), desnutrição, privação cultural do meio.
- Dislexia: um tipo de distúrbio de leitura que colocamos como causa porque provoca uma dificuldade específica na aprendizagem da identificação dos símbolos gráficos, embora a criança apresente inteligência normal, integridade sensorial e receba estímulo e ensino adequados.

Para Ferreira (2001, p.17), “as crianças são facilmente alfabetizáveis; foram os adultos que dificultaram o processo de alfabetização delas”.

Enquanto as escolas continuarem a “expulsar” seus alunos para fora do âmbito escolar na idade em que são mais fáceis de se alfabetizar, teremos, como consequência, mais adultos analfabetos.

O prazer da leitura não é simplesmente ler, é saber argumentar, ser crítico quanto à leitura que está sendo feita. A leitura e a escrita levam as pessoas a compreenderem as funções da língua escrita na sociedade, a criança não precisa saber ler e escrever só na escola, fora do contexto escolar, também. Por exemplo: uma bula de remédio, a lista de compra do supermercado, a lista telefônica, são outras atividades que requerem a leitura e a escrita.

Os objetivos da alfabetização devem ser os de formar cidadãos para ler o que os outros produzem e a capacidade de dizer por escrito o que pensam. Aprendemos a ler sempre, a escola só é um momento da formação de leitores e, quando saímos da escola, não podemos parar de ler. Segundo Foucambert (1994): “analfabetismo é o desconhecimento das técnicas de utilização da escrita; iletrismo é a falta de familiaridade com o mundo da escrita, uma exclusão em relação ao todo ou a parte desse modo de comunicação”.

Antigamente, na metade do século, o analfabetismo era a ausência de escolarização, e hoje, é resultado do iletrismo. Para as crianças que não têm condições sociais e culturais, a escola deve transmitir outra técnica de uso da escrita, ela não só alfabetiza, mas pode dirigir a maneira de tornar-se leitor. A importância da família é fundamental para tornar-se leitor, desde que essas famílias motivem as crianças a gostarem de ler e que também façam uso da leitura.

As crianças, quando ainda nem conhecem as palavras, vão lendo as histórias (inventando) de seus livrinhos, o meio em que vive precisa proporcionar essa integração com a escola, pois não é só na escola que se aprende a ler.

A escola tem que estar engajada com a não-exclusão do leitor, precisa refletir sobre os leitores que não têm condições de leitura em sua vida social. O projeto político pedagógico precisa organizar toda a escola para poder oferecer aos educandos vários métodos de leitura. O leitor precisa saber situar-se dentro do contexto, ele precisa observar, confrontar e analisar suas estratégias para resolver suas situações. É a maneira de aprender que lhe dá poder.

METODOLOGIA

A pesquisa que originou este Trabalho Final de Graduação surgiu de inquietações vivenciadas pela acadêmica durante o curso, em trabalho de extensão, pois percebeu a importância da formação profissional do educador, enquanto alfabetizador. Imbuída em refletir mais sobre o assunto, escolheu o tema para investigação.

A metodologia adotada, num primeiro momento, foi uma pesquisa bibliográfica para a construção de um referencial teórico que servisse de base e apoio durante a pesquisa.

Num segundo momento, para o levantamento de dados, utilizaram-se questionários aplicados às educadoras de três escolas do Ensino Fundamental, sendo duas particulares e uma municipal.

O questionário aplicado, diretamente, aos educadores foi do tipo exploratório, com perguntas abertas e fechadas com o intuito de atingir o objetivo proposto no início do trabalho.

Segundo Triviños (1987, p.109), “o pesquisador planeja um estudo exploratório para encontrar os elementos necessários que lhe permitam, em contato com determinada população, obter os resultados que deseja”.

Com os instrumentos em mãos, partiu-se para a interpretação dos dados obtidos, podendo assim, emitir algumas conclusões.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Partindo-se do referencial teórico que fundamenta a alfabetização como processo de construção, passou-se à elaboração e posterior aplicação dos questionários, envolvendo os educadores das 1ª séries do Ensino Fundamental de duas escolas particulares e de uma municipal. A população-alvo foi constituída por oito educadoras. Entre essas, sete das escolas particulares e uma da escola municipal.

A idade dessas educadoras varia entre vinte e trinta anos e todas possuem, no mínimo, quatro anos de atuação no magistério, quando ministram aulas na 1ª série.

Para que uma pesquisa se realize, é preciso que haja as evidências, e aqui as informações coletadas sobre alfabetização como processo de construção e também com o conhecimento teórico que se possui a respeito do problema enfatizam que o processo de aquisição do conhecimento é difícil para a criança, mas nada que o acesso a essas informações não leve essas crianças a descobrir o prazer pela *lecto-escrita*.

É uma fase na idade da criança que precisa ser bem resolvida para que não traga problemas em sua vida escolar.

Após uma pesquisa bibliográfica, foi aplicado um questionário para as educadoras de 1ª série do ensino fundamental. Todas manifestaram através das respostas que a preocupação com a formação integral das crianças é um ponto fundamental: que elas possam construir seu conhecimento na medida em que vão surgindo as oportunidades, ou seja, que elas consigam transferir os conhecimentos adquiridos na sala de aula, na resolução de problemas.

Considerando a formação profissional das entrevistadas todas têm o curso superior. Pode-se perceber pelas respostas emitidas que essas educadoras estão preocupadas com sua formação profissional e estão buscando novas maneiras de se atualizarem, pois segundo Curry (2001),

a formação de profissionais da educação deve acontecer por meio de programas de educação continuada, possibilitando com isso uma constante atualização de modo a atender aos objetivos dos diferentes níveis e modalidades de ensino.

Para Nóvoa (1995), o aprender contínuo é essencial e concentra-se em dois pilares: a própria pessoa, como agente; a escola, como lugar de crescimento profissional permanente. Para ele, o educador precisa exercitar o trabalho e refletir sobre essa prática. De nada adianta somente uma graduação, é essencial atualizar-se sempre.

Para Ferreira (2001), os professores lêem pouco, escrevem menos e estão mal-alfabetizados para abordar a diversidade de estilos da língua escrita. Educadores mal pagos, salas de aula superlotadas, educadores cansados, tudo leva esses educadores alfabetizadores a sentirem-se isolados, pois eles são os educadores mais importantes de toda a escola. Para a mesma autora, devem-se recuperar esses profissionais, transformar os educadores alfabetizadores nos mais importante de toda a escola, ajudá-los a mudar sua prática pedagógica pois só assim poderão transmitir o “prazer pela leitura”. É preciso unir educador e educandos para estimulá-los a descobrir esse prazer.

Ao serem questionadas quanto a trabalhar sozinha na sala de aula ou com auxiliar, elas responderam que o trabalho todo é feito somente pela titular, pois o processo é feito com planejamento semanal, a valorização do grupo é evidenciado nas respostas, sendo muito importante, pois as crianças se ajudam, trocam experiências e procuram desempenhar as tarefas da melhor forma possível, não sendo necessária a presença de auxiliar.

Outra questão colocada foi, se todas as crianças eram originárias da educação infantil, pois hoje a maioria das crianças passa pelos bancos da educação infantil. Assim, quase todas as respostas foram positivas e, somente duas entrevistadas têm educandos não oriundos da educação infantil. Segundo as educadoras, as crianças que frequentaram a educação infantil estão mais aptas à socialização, à motricidade, estão melhor preparadas para a 1ª série, não deixando de destacar que as crianças que não passaram pelos bancos da educação infantil não tenham as mesmas possibilidades de alfabetizar-se de acordo com seu potencial. Elas precisam de mais atenção, carinho, pois já, no momento da sondagem, podem se identificar as habilidades já desenvolvidas. Com isso, com o apoio da educadora e o acompanhamento dos pais, a alfabetização torna-se menos complicada para essas crianças.

Para Ferreira (2001), são os adultos que decidem quando e como a criança vai ser iniciada na aprendizagem. As crianças iniciam o seu aprendizado nos mais variados contextos, a escrita e a leitura fazem parte de sua vida cotidiana.

Quando as crianças passam pela educação infantil, já possuem um aprendizado, pois obtêm informações das mais variadas formas, pois os adultos alfabetizados à sua volta transmitem informações quanto à leitura e escrita, por exemplo. Quando lêem jornal, fazem a lista de compras, lêem a bula de um remédio, procuram o nome de alguém na lista telefônica, entre outras. Então nenhuma criança vai para a 1ª série com total ignorância da língua escrita.

A pré-escola deveria permitir a todas as crianças a liberdade de experimentar os sinais escritos, num ambiente rico em escritas diversas, ou seja: escutar alguém lendo em voz alta e ver os adultos escrevendo ver (sem estar necessariamente copiando um modelo); tentar ler utilizando dados contextuais, assim como reconhecendo semelhanças e diferenças nas séries de letras; brincar com a linguagem para descobrir semelhanças e diferenças sonoras (FERREIRO, 2001, p.102)

Outra questão abordada foi relacionada ao dialeto das crianças, pois elas trazem um dialeto da localidade onde moram. Esse dialeto é respeitado pelas educadoras, pois a valorização da bagagem trazida é muito importante e rica para que possam trabalhar de formas diferentes.

Ferreiro (2001, p.27) “qualquer intenção de justificar a ortografia a partir da pronúncia leva a desprezar as variantes de fala das crianças das populações socialmente marginalizadas, e a dificultar sua aprendizagem”.

Sabemos que as crianças aprendem muito mais construindo do que se repetirem ou copiarem o que os outros disseram ou escreveram.

Surgiram questionamentos como, caso apresentem algum tipo de dificuldades de aprendizagem, como é trabalhado o acompanhamento das crianças? Cabe ao educador considerar as referências de vida e de mundo que o educando traz. Não irá, simplesmente, encaminhá-lo para um profissional adequado e tirar a sua responsabilidades para solucionar as dificuldades de aprendizagem que o educando tem. O educador, em sala de aula, desenvolve o trabalho pedagógico, pedindo a colaboração de seus educandos, as idéias precisam ser discutidas, a curiosidade precisa ser vista como “interesse” e não o contrário; os educandos precisam fazer questionamentos para que o desenvolvimento cognitivo afirme-se e vá sempre em busca de mais conhecimento pois, no seu cotidiano, a criança elabora e desenvolve esquemas para compreendê-los. As educadoras recorrem às famílias para um auxílio em casa, trabalho em sala de aula e são acompanhadas também pela coordenação pedagógica. Quando o problema é mais grave, a criança é encaminhada a uma psicopedagoga, fonoaudióloga.

Ferreiro (2001, p.14) coloca-nos que esse serviço de atendimento gera dificuldades. Os educadores gostam, pois tiram da sala de aula o “aluno problema”; os profissionais especializados também gostam por abrir um mercado de trabalho e é considerado como uma educação de qualidade. Isso leva a problemas, é como se a criança já levasse consigo a causa do seu fracasso escolar, e com isso, a escola ficaria livre de suas obrigações, deixando que outras pessoas se responsabilizem por seu educando.

A próxima questão diz respeito à proposta teórica/metodológica, tanto as educadoras da escola particular quanto à professora do município atuam com a mesma proposta, interacionismo construtivista, partindo da contextualização, globalização, assim as crianças vão percebendo que seu meio é valorizado, que o seu conhecimento é importante para se tornar um indivíduo mais humano.

O educador deve conhecer seus educandos, organizar as aulas e planejar as atividades para que eles descubram entre si e cooperem na resolução de problemas. E para trabalhar, construtivamente, avalia suas características e suas necessidades. Preocupa-se em escutar seus alunos, pois em cada situação concreta avalia o que a criança é capaz de fazer por si só e o que é capaz de fazer com ajuda do outro.

E nisso tudo, o trabalho em grupo é muito valorizado, segundo as entrevistadas, pois se aprende melhor, é mais eficiente para uma maior qualidade de educação e, conseqüentemente, de vida.

Freire (1983, p. 50) diz que “o que nos dá a certeza de que a busca do conhecimento não é, para as crianças, preparação para nada, e sim vida aqui e agora”.

É nas atividades concretas que a criança percebe a sua importância no grupo e também a do grupo para ela.

O último questionamento aborda as questões relativas à comunicação com as famílias das crianças. As educadoras relataram que a comunicação com as famílias é realizada por meio de reuniões, conversas particulares, e sempre que necessário, a família é bem-vinda à escola para juntas procurarem soluções para as dificuldades apresentadas, pois estão buscando sempre o melhor para seus filhos. A família deve estar, constantemente, envolvida com a vida de seus filhos dentro da escola, assim as crianças sentem que seus pais estão preocupados com a aprendizagem, com o conhecimento que estão adquirindo.

Para ser uma alfabetizadora, ou qualquer outro tipo de profissão, é preciso, primeiramente, gostar do que se faz. E essas educadoras entrevistadas demonstraram em suas respostas que amam suas profissões, são apaixonadas pelas crianças e encaram cada ano como um desafio, pois dependendo das crianças, a educadora precisa de uma postura diferente para cada turma, e isso é encarado com muito amor .

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a construção do referencial teórico e análise das respostas dadas aos questionamentos, fica claro que a educação continuada para educadores é fundamental e necessária, não adianta somente um curso de graduação, é essencial aperfeiçoar-se sempre.

A alfabetização é a mudança de comportamento que possibilita ao indivíduo integrar-se à sociedade de forma crítica, valorizando seus conhecimentos, pois o seu processo inicia-se antes de sua entrada na escola, ele já vem com um conhecimento, uma leitura do seu “mundo”.

Como já sabemos, se a criança vem de um ambiente social alfabetizado, certamente será mais fácil o processo da alfabetização; mas se a criança vem de um ambiente analfabeto encontrará mais dificuldades na compreensão desse processo, mas isso não é motivo para que essas crianças não venham a se alfabetizar.

Para trabalhar os problemas de aprendizagem, os educadores precisam repensar sua prática pedagógica, valorizar o que cada educando traz como potencial, quais as deficiências que precisam ser trabalhadas para que possam, assim, construir seus conhecimentos e também que esses tenham um significado no contexto tanto escolar como familiar.

Cabe aos pais também a tarefa de transmitir a educação necessária aos filhos para que atinjam a idade adulta de maneira saudável e com formação intelectual adequada. Com a escola, é necessário que eles estimulem a criança ao hábito da leitura de temas que interessem ao cotidiano das crianças. Nesse sentido, tanto pais quanto educadores precisam estar comprometidos em fortalecer as preferências das crianças, o que fará com que o educando se aproxime mais do processo de alfabetização, tendo condições de decidir e construir o que quer e não o que o educador impõe, procurará respostas para a sua vida cotidiana e encontrará, na educação, meios que lhe proporcionem essas respostas.

Conclui-se sem a pretensão de esgotar o tema que se deve transformar a alfabetização em um momento natural para os educandos e isso deve acontecer no seu tempo próprio, com atividades que interessem à criança nesse período de sua vida. Se o educador conseguir ver os educandos de uma maneira diferente e entender seus erros, conseguirá trabalhar e entender o processo de aquisição de conhecimentos e, mais propriamente, o momento da alfabetização como um momento especial na vida das crianças.

REFÊRENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, José Juvêncio. **Alfabetização e leitura**. 2ª. ed. São Paulo: Cortez. (Série Formação do Professor). V.16, 1994.

COELHO, Maria Teresttta; ASSUNÇÃO, Elisabete de. **Problemas de aprendizagem**. 9ª. ed. São Paulo: Ática. (Série Educação), 1999.

CURRY; Carlos Roberto Jamil. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação** (Lei 9.394/96). 4ª. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1996.

FERREIRO, Emília. **Com todas as letras**. 9ª. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Reflexões sobre alfabetização**. 24ª.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FOUCAMBERT, Jean. **A leitura em questão**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

FREIRE, Madalena. **A paixão de conhecer o mundo**: relato de uma professora. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

NÓVOA, Antonio. **Profissão professor**. 2ªed. Port: Porto, 1995. (Coleção Ciências da Educação, 3)

REGO, Teresa Cristina. **Vygotsky**: uma perspectiva histórico-cultural da educação. Petrópolis: Vozes, 1995.

SILVA, Tomaz Tadeu. A economia política do currículo oculto. In: **O que produz e o que reproduz em educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

TRIVINÕS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.